

TÍTULO: A representatividade da população negra enquanto trabalhador da Atenção Primária à Saúde

AUTORA: Maria Isabel Barbosa – assistente social

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Com base nos indicadores sociais que apontam desvantagem da população negra nas unidades de saúde, seja na qualidade de paciente ou de trabalhador, identificada na forma como são tratados e o quanto essas ações aumentam a vulnerabilidade desses grupos e a distância entre eles e o acesso, levando-os à evasão por não se sentirem representados e compreendidos em suas falas, identificamos a necessidade de apresentar ação de enfrentamento ao racismo adotadas nesta Unidade de Saúde, conforme previsto na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Negra (PNSIPN).

Sendo assim, em novembro de 2022, o NPV desta Unidade realizou diversas iniciativas de reflexão sobre o racismo e o antirracismo com o intuito de fortalecimento da identidade negra e promoção da cultura afrodescendente.

Atualmente temos o percentual de 49% de trabalhadores autodeclarados pretos e pardos atuantes na UBS Horizonte Azul.

OBJETIVO:

Fortalecer o reconhecimento da representatividade étnico-racial pela população negra do território através do percentual de trabalhador negro atuante na Unidade;

Promover o acolhimento qualificado para identificação das necessidades dessa população, facilitando a abordagem e desenvolvimento de respostas estratégicas de atendimento;

Apresentar a construção de estratégias para promoção da equidade racial.

METODOLOGIA:

Em novembro de 2022 – mês da consciência negra, o NPV da Unidade realizou diversas atividades de reflexão sobre o racismo e a necessidade de enfrentamento através do antirracismo, com uma atividade por semana:

1ª semana: Reunião do time de trabalhadores autodeclarados pretos e pardos em banner, com a fotografia e a profissão de cada um abaixo da mesma, para que a população além de identificar os profissionais negros de diversas áreas disponíveis para seu atendimento, também conhecesse o desenvolvimento contínuo ofertado aos trabalhadores, que possibilita ascensão profissional e inclusão racial. O material ficou exposto na recepção da Unidade até o final de dezembro do mesmo ano e também foi divulgado nas mídias sociais de alcance da população do território;

2ª semana: Oficina de turbante com trabalhadores voluntários para uso durante o expediente. Reflexão com a população sobre a importância da declaração de cor para promoção da equidade e a construção de políticas públicas para o melhoramento da condição de vida e atendimento às necessidades da população negra;

3ª semana: Oficina de penteados para cabelos crespos e cacheados, promovendo a discussão sobre como o cabelo afro representa uma ferramenta política de luta;

4ª semana: Roda de conversa sobre as necessidades da população negra do território e possibilidades de construção de estratégias de combate ao racismo com o NPV da Unidade.

RESULTADO:

As atividades realizadas com os trabalhadores e as reflexões com a população sobre as estratégias adotadas para maior adesão da população negra, bem como a importância da autodeclaração para promoção da equidade, buscou ampliar o conhecimento sobre as ações realizadas para viabilizar o acesso e consequente construção de cuidados, além de combate ao racismo na área da saúde.

O impacto das atividades repercutiu no território e em 2023 uma das escolas parceiras nas ações de prevenção à violência, também reuniu o time de trabalhadores autodeclarados pretos e pardos em banner para exposição na escola, que além de promover a representação do corpo docente de ancestralidade africana, possibilitou a reflexão sobre inclusão racial. Para o ano de 2024 o Núcleo de Prevenção à Violência/NPV da Unidade, está articulando com as escolas do território atividades compartilhadas de enfrentamento ao racismo e promoção da população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ações continuadas de enfrentamento ao racismo na área da saúde, a começar pela Atenção Primária, porta de entrada, são fundamentais para reduzir as disparidades, reparar as desigualdades a que a população negra foi submetida historicamente e assim possibilitar o acesso igualitário à saúde conforme previsto na Lei 8.080/1990.